



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Agente de Tributos da Fazenda Estadual
Área de Conhecimento: Geral

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O caráter de uma pessoa é estruturado por suas atitudes e seus ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P2 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Tributário**

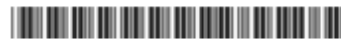
1. Embora o ICMS e o IPVA sejam impostos de competência estadual, partes dos produtos de suas respectivas receitas pertencem aos Municípios, por expressa previsão constitucional.
De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência para legislar sobre esses impostos é
 - (A) dos Municípios, apenas em relação às obrigações acessórias a eles relacionadas.
 - (B) concorrente entre Estados e Municípios, apenas em relação às obrigações acessórias relacionadas aos Municípios e mediante autorização do CONFAZ.
 - (C) concorrente entre Estados e Municípios.
 - (D) apenas dos Estados.
 - (E) apenas dos Estados, mas supletivamente dos Municípios.

2. Determinada reunião do CONFAZ, agendada para deliberar sobre a criação de algumas isenções do ICMS e sobre a revogação de outras, contou com a presença de apenas 20 Unidades da Federação, embora todas as unidades tenham sido regularmente convocadas. Relativamente às concessões de isenções, todas as unidades presentes votaram a favor, mas, em relação às revogações, somente 16 delas votaram favoravelmente. Diante desses fatos e da disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 24/1975,
 - (A) não houve aprovação das deliberações concedendo isenções, nem as revogando.
 - (B) as deliberações dessa sessão são nulas, pois não poderia ter havido reunião, em razão da falta de quórum, visto que várias unidades federadas não se fizeram presentes à reunião.
 - (C) houve aprovação das deliberações revogando isenções, mas não houve aprovação das deliberações que aprovavam isenções.
 - (D) houve aprovação das deliberações concedendo e revogando isenções.
 - (E) houve aprovação das deliberações concedendo isenções, mas não houve aprovação das deliberações que revogavam isenções.

3. De acordo com o Código Tributário Nacional, a interpretação da legislação tributária que
 - (A) fixa regras referentes à ocorrência do fato gerador deve ser feita de maneira mais favorável ao contribuinte, quando houver dúvida razoável sobre a sua ocorrência ou não.
 - (B) define infrações, ou lhe comina penalidades, deve ser feita de maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável.
 - (C) outorga isenção deve ser feita de maneira mais favorável ao sujeito passivo, nos casos de dúvida quanto às datas de início e de cessação do benefício.
 - (D) fixa prazos decadenciais deve ser feita de maneira mais favorável ao sujeito passivo, sempre que houver dúvida quanto à data de início da contagem desse prazo.
 - (E) estabelece disciplina acerca de substituição tributária deve ser feita de maneira mais favorável ao responsável tributário, em caso de dúvida quanto ao fato de ele revestir essa condição.

4. De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996, é contribuinte do ICMS a pessoa
 - (A) que importe com habitualidade mercadorias do exterior, exceto quando as destinar a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento.
 - (B) jurídica que remeta mercadorias a consumidor final domiciliado em outro Estado, em relação à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual, na hipótese de o destinatário ser contribuinte do imposto.
 - (C) jurídica que adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados, importados, sem que o desembaraço aduaneiro tenha ocorrido.
 - (D) que preste serviço de transporte, com início e fim dentro do mesmo Município.
 - (E) que adquira quaisquer lubrificantes e combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

5. De acordo com o Código Tributário Nacional, os convênios sobre matéria tributária celebrados entre os Estados
 - (A) são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, sendo que essas normas complementares estão compreendidas na definição de *legislação tributária* encontrada no referido Código.
 - (B) não são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, mas, depois de ratificados pelos Estados signatários, esses convênios passam a estar compreendidos na definição de *legislação tributária* encontrada no referido Código.
 - (C) são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, mas essas normas complementares não estão compreendidas na definição de *legislação tributária* encontrada no referido Código.
 - (D) não são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, embora esses convênios estejam compreendidos na definição de *legislação tributária* encontrada no referido Código.
 - (E) não são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, mas esses convênios estão compreendidos na definição de *legislação tributária* encontrada no referido Código.



6. A Casa Praiana, localizada em Parnaíba/PI, tem como única atividade a extração de fotocópias para sua clientela. Para poder prestar esse serviço, ela adquire de fornecedor localizado em João Pessoa/PB as caixas do papel de que necessita. Tendo em conta esses fatos e a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 87/1996, nas aquisições de papel feitas pela Casa Praiana, o ICMS
- (A) referente à operação interestadual é devido ao Estado da Paraíba, tendo como contribuinte o remetente paraibano, enquanto o diferencial entre a alíquota interna piauiense e a interestadual é devido ao Estado do Piauí, tendo como contribuinte o remetente paraibano.
 - (B) é devido integralmente ao Estado do Piauí, mediante aplicação da alíquota interna prevista na lei estadual piauiense para as operações com essa mercadoria, e o contribuinte é o destinatário piauiense.
 - (C) é devido integralmente ao Estado da Paraíba, mediante aplicação da alíquota interna prevista na lei estadual paraibana para as operações com essa mercadoria, e o contribuinte é o remetente paraibano.
 - (D) referente à operação interestadual é devido ao Estado da Paraíba, tendo como contribuinte o remetente paraibano, enquanto o diferencial entre a alíquota interna piauiense e a interestadual é devido ao Estado do Piauí, tendo como contribuinte o destinatário piauiense.
 - (E) é devido integralmente ao Estado do Piauí, mediante aplicação da alíquota interna prevista na lei estadual piauiense para as operações com essa mercadoria, e o contribuinte é o remetente paraibano.
-
7. A Emenda Constitucional nº 132/2023, referente à reforma tributária, atribuiu competência para a instituição do IBS e da CBS. De acordo com essa Emenda, o imposto sobre bens e serviços
- (A) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, a partir de 1º de janeiro de 2033.
 - (B) não incidirá sobre as exportações, exceto nos casos em que a mercadoria exportada se destine ao consumidor final ou à integração no ativo permanente do destinatário.
 - (C) terá alíquota própria fixada pelo ente federativo por meio de lei específica, e essa alíquota será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988.
 - (D) incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou importação de serviços realizada exclusivamente por pessoa jurídica, e desde que seja sujeito passivo habitual do imposto.
 - (E) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, exceto em relação a operações internas com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, a partir de 1º de janeiro de 2026.
-
8. No início de janeiro de 2025, Joel efetuou o pagamento integral do IPVA devido em relação a veículo automotor de sua propriedade. De acordo com o Código Tributário Nacional, em decorrência do pagamento efetuado
- (A) não se extinguiu a obrigação tributária, nem o crédito tributário dela decorrente.
 - (B) extinguiu-se o lançamento, mas não se extinguiu a obrigação tributária, nem o crédito tributário.
 - (C) extinguiu-se o crédito tributário, mas não se extinguiu a obrigação tributária que deu origem a esse crédito.
 - (D) extinguiu-se a obrigação tributária, mas não se extinguiu o crédito tributário dela decorrente.
 - (E) extinguiu-se o crédito tributário, bem como a obrigação tributária que deu origem a esse crédito.
-
9. Durante os trabalhos de fiscalização no estabelecimento da microempresa JJ&WW, optante pelo Simples Nacional, Emanuel, autoridade fiscal estadual, deparou com a existência de fortes indícios de omissão de receita nesse estabelecimento, mas ficou na dúvida sobre a possibilidade de aplicação de presunções previstas na legislação. De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 123/2006, Emanuel
- (A) poderá aplicar aos estabelecimentos de microempresa e de empresa de pequeno porte apenas as presunções de omissão de receita previstas em Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional.
 - (B) poderá aplicar a esse estabelecimento de microempresa todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional.
 - (C) poderá aplicar todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional, mas apenas aos estabelecimentos de empresa de pequeno porte.
 - (D) não poderá aplicar as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional aos estabelecimentos de microempresa, nem às aos estabelecimentos de empresa de pequeno porte.
 - (E) poderá aplicar apenas as presunções de omissão de receita previstas em Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional, e essa aplicação só poderá ser feita em relação aos estabelecimentos de empresa de pequeno porte.
-
10. Relativamente ao ITCMD, a Assembleia Legislativa de determinado Estado aprovou lei ordinária cominando penalidades menos severas para os infratores da legislação desse tributo do que as penalidades previstas na lei vigente ao tempo das práticas infracionais. De acordo com o Código Tributário Nacional, a nova lei
- (A) não será aplicada aos atos pretéritos, quando se tratar de hipótese de reincidência.
 - (B) será aplicada aos atos futuros e, em relação aos atos pretéritos, desde que esse ato tenha sido definitivamente julgado em desfavor do sujeito passivo.
 - (C) será aplicada, em qualquer caso, aos atos futuros e pretéritos.
 - (D) será aplicada, em relação aos atos pretéritos, desde que esse ato não tenha sido definitivamente julgado.
 - (E) não será aplicada aos atos pretéritos, se o sujeito passivo tiver agido com dolo, fraude ou simulação.



11. Determinada empresa atacadista, localizada em Teresina/PI, comprou de indústria baiana, localizada em Salvador/BA, 500 aparelhos de televisão, que foram, por ordem do adquirente teresinense, remetidos para armazém geral localizado na cidade de Fortaleza/CE, e lá depositados em nome do estabelecimento teresinense. Uma semana depois, o referido estabelecimento teresinense efetuou a venda de 100 aparelhos para empresa varejista localizada em Aracaju/SE, sendo que os referidos aparelhos foram remetidos diretamente do armazém geral fortalezense para o estabelecimento varejista aracajuano, sem transitar pelo estabelecimento teresinense vendedor da mercadoria.

De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996, o ICMS incidente sobre a operação interestadual de venda dos 100 aparelhos de televisão

- (A) não é devido a nenhum Estado, porque a mercadoria não transitou pelo estabelecimento vendedor.
- (B) é devido ao Estado da Bahia.
- (C) é devido ao Estado de Sergipe.
- (D) é devido ao Estado do Piauí.
- (E) é devido ao Estado do Ceará.

12. De acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) a majoração de tributos deve ser feita por meio de lei complementar, mas sua redução pode ser feita por meio de lei ordinária.
- (B) a instituição de taxas municipais deve ser feita apenas por meio de lei complementar, mas sua extinção pode se feita por meio de lei ordinária.
- (C) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal referente à contribuição de melhoria deve ser feita por meio de lei complementar federal, por expressa previsão constitucional.
- (D) a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos deve estar prevista no decreto que regulamentar cada tributo.
- (E) as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários estaduais devem ser estabelecidas por meio de lei.

13. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, a instância máxima de deliberação do CGIBS é o seu Conselho Superior. Na composição do citado Conselho Superior do CGIBS,

- (A) um terço dos membros que representam os Municípios serão indicados por meio de deliberação do Senado Federal.
- (B) os membros que representam os Estados e o Distrito Federal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo de cada Estado e do Distrito Federal, respectivamente.
- (C) 81 membros e respectivos suplentes representam o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal.
- (D) dois terços dos membros que representam os Municípios serão indicados pelos Secretários de Fazenda ou de Finanças dos Municípios mais populosos do Brasil.
- (E) 28 membros e respectivos suplentes representam cada um dos 26 Estados brasileiros, o Distrito Federal e a União.

14. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, a sanção de natureza pecuniária (penalidade pecuniária), aplicável ao sujeito passivo em decorrência da inobservância de obrigação acessória,

- (A) não é tributo, mas é objeto de lançamento tributário.
- (B) tem a mesma natureza das taxas e, portanto, é tributo.
- (C) é tributo, mas não é objeto de lançamento tributário.
- (D) não é tributo, nem é objeto de lançamento tributário.
- (E) é tributo e é objeto de lançamento tributário.

15. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação

- (A) o inventariante, ilimitadamente, quando ele não for herdeiro, nem legatário.
- (B) o herdeiro legítimo, limitada essa responsabilidade a 50% do quinhão recebido e, se ele também for legatário, a 50% do valor do legado recebido.
- (C) o cônjuge meeiro, limitada essa responsabilidade ao montante da meação.
- (D) o herdeiro testamentário, limitada essa responsabilidade a 50% do legado recebido.
- (E) o cônjuge herdeiro, ilimitadamente.

**Legislação Tributária Estadual**

16. Maria, domiciliada no Estado do Piauí, faleceu em sua residência e deixou três filhos: Gerson, Tadeu e Salete. Gerson, sabendo das dificuldades financeiras que Salete enfrentava, renunciou ao seu quinhão de herança em favor de sua irmã. De acordo com a Lei estadual nº 4.261/1989, a renúncia de Gerson em favor de sua irmã caracteriza uma transmissão
- (A) *causa mortis*, cujo fato gerador ocorreu na data em que Gerson renunciou ao seu quinhão de herança a favor de Salete.
 - (B) por doação, cujo fato gerador se reportou à data da morte de Maria.
 - (C) em que não há fato gerador, porque aquele que renuncia deixa de revestir a condição de herdeiro e, portanto, não haverá imposto a pagar.
 - (D) *causa mortis*, cujo fato gerador se reportou à data da morte de Maria.
 - (E) por doação, cujo fato gerador ocorreu na data em que Gerson renunciou ao seu quinhão de herança a favor de Salete.
-
17. No que tange ao encerramento do procedimento fiscal e à instauração do contencioso administrativo tributário no Estado do Piauí, a Lei estadual nº 6.949/2017 estabelece que a
- (A) lavratura do auto de infração encerra o procedimento fiscal e a apresentação de impugnação instaura o contencioso administrativo tributário.
 - (B) apreensão de mercadorias, documentos ou livros instaura o contencioso administrativo tributário, enquanto o auto de infração, desde que integralmente liquidado, encerra o procedimento fiscal e a apresentação de impugnação.
 - (C) intimação válida da lavratura do auto de infração, quando feita por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), encerra o procedimento fiscal, enquanto a apresentação de impugnação instaura o contencioso administrativo tributário.
 - (D) lavratura do termo de início de fiscalização instaura o contencioso administrativo tributário, enquanto o auto de infração, desde que integralmente liquidado, encerra o procedimento fiscal.
 - (E) intimação válida formalizada ao sujeito passivo, feita por qualquer meio, encerra o procedimento fiscal e o recebimento do auto de infração, mediante documentação comprobatória, instaura o contencioso administrativo tributário.
-
18. O Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, arrola situações consideradas trânsito de mercadoria para fim de exercício do controle fiscal dessa movimentação pela Fiscalização do Piauí. De acordo com esse Regulamento, encontra-se fora do rol de situações consideradas trânsito de mercadoria aquela em que a mercadoria
- (A) isenta do ICMS é remetida por estabelecimento comercial atacadista, localizado em São Raimundo Nonato/PI, com destino a estabelecimento de microempresa, localizado na cidade de Floriano/PI.
 - (B) proveniente do exterior, importada por contribuinte sergipano, desembaraçada no porto de Recife/PE, é remetida diretamente da repartição aduaneira com destino a estabelecimento paraense, transitando pelos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.
 - (C) é remetida por estabelecimento localizado na Bahia (filial de empresa cuja matriz se localiza em Piripiri/PI), via Estado de Tocantins, com destino a estabelecimento de empresa varejista localizada no Maranhão, sem passar por território piauiense.
 - (D) sem incidência do ICMS é remetida por industrial cearense, com destino a comerciante maranhense, e que apenas transita pelo território piauiense.
 - (E) é remetida por atacadista paraibano para varejista piauiense.
-
19. A Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí, por meio de sua ouvidoria, recebeu queixas a respeito de cobrança de IPVA, decorrente de fato gerador ocorrido em 1º de janeiro de 2024, relativamente a situações em que os reclamantes entendiam não ser devido esse imposto. Essas situações são as seguintes:
- I. um veículo de propriedade de empresa locadora de veículos piauiense, licenciado no Piauí, locado para a União Federal, por 5 anos (de 2022 a 2027), para uso exclusivo da Secretaria da Receita Federal, em Teresina/PI e nas cidades piauienses vizinhas.
 - II. um veículo de propriedade do Município de Duque Bacelar/MA, cedido, graciosamente, por dois anos (de 2023 a 2025), ao Município de Miguel Alves/PI.
 - III. veículos do tipo ambulância, de propriedade do Hospital São Sanjo, localizado em Picos/PI, que cobra por esse serviço.
- Submetidas as referidas reclamações à devida análise, as autoridades competentes apuraram, corretamente, com base na Lei estadual nº 4.548/1992, a procedência
- (A) das reclamações constantes dos itens I, II e III.
 - (B) das reclamações constantes dos itens I e II, apenas.
 - (C) da reclamação constante do item I, apenas.
 - (D) da reclamação constante do item II, apenas.
 - (E) das reclamações constantes dos itens II e III, apenas.



20. Relativamente ao Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) do sujeito passivo, disciplinado no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, considere:
- I. As comunicações da SEFAZ serão feitas por meio do DT-e aos sujeitos passivo credenciados, dispensando-se quaisquer das outras formas previstas na legislação, ressalvada a possibilidade, no interesse da Administração Pública, de serem utilizadas outras formas de comunicação previstas na legislação.
 - II. O Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) poderá ser utilizado para estabelecer comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ) e o sujeito passivo das obrigações tributárias e das não tributárias estaduais.
 - III. O credenciamento do sujeito passivo junto à SEFAZ para acesso ao DT-e é irrevogável por parte do sujeito passivo, mas terá prazo de validade determinado, conforme a atividade desenvolvida pelo sujeito passivo, podendo ser renovado.
 - IV. A SEFAZ poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades, publicar decretos e portarias que tenham de matéria de interesse àqueles que se relacionam com o governo do Estado do Piauí, inclusive em matéria tributária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e III.

21. A empresa Boas Festas Ltda., localizada em Piri-piri/PI, acreditando no grande movimento de compras natalinas que deverá haver em 2025, decidiu, desde já, iniciar a compra de mercadorias para comercialização no final do ano. Como sua capacidade de estocagem não é grande, decidiu remeter parte das mercadorias adquiridas para

- I. depósito fechado da empresa de seu irmão, situado em Pedro II/PI, que dispunha de espaço e que lhe foi cedido graciosamente.
- II. armazenagem, em nome do remetente, em armazém geral situado em Teresina/PI.
- III. armazenagem, em nome do remetente, em armazém geral situado em Fortaleza/CE.
- IV. depósito fechado da própria empresa, São Luís/MA.

De acordo com a Lei estadual nº 4.257/1989, salvo disposição em contrário no regulamento do imposto, o ICMS incidirá nas remessas referidas nos itens

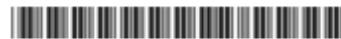
- (A) II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

22. A Lei estadual nº 4.254/1988 contempla a disciplina relativa à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais – TCRM, no Estado do Piauí. De acordo com essa lei,

- I. a TCRM será apurada trimestralmente e recolhida até o último dia do mês seguinte ao do término do trimestre.
- II. a TCRM será cobrada por tonelada de minério extraído, com base em valor fixado em item de tabela anexa à referida lei.
- III. considera-se ocorrido o fato gerador da TCRM no momento em que ocorrer a venda, o uso próprio ou a transferência entre estabelecimentos de minerais ou minérios extraídos.
- IV. para fins de cobrança da TCRM, relativamente ao ouro ou a outro material nobre de valor equivalente, a unidade de medida será o grama.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e IV, apenas.



23. Relativamente ao Processo Administrativo Tributário do Estado do Piauí, disciplinado pela Lei estadual nº 6.949/2017,
- (A) o sujeito passivo poderá comparecer ao processo administrativo tributário, em qualquer de suas fases, pessoalmente para postular em causa própria.
 - (B) enquanto permanecerem os autos no órgão local, aguardando a impugnação do contribuinte, a vista do processo é facultada apenas a advogado, e desde que munido de procuração.
 - (C) somente o representante do sujeito passivo poderá ter vista dos autos do processo, e desde que seja advogado, munido de procuração.
 - (D) atuam, de forma triangular, como partes a Fazenda Pública Estadual, o sujeito passivo da obrigação tributária e a Procuradoria-Geral do Estado.
 - (E) somente o representante do sujeito passivo poderá ter vista dos autos do processo, e desde que seja advogado ou contador, munido de procuração já juntada aos autos.
-
24. Jorge e seus irmãos decidiram fazer extrajudicialmente o inventário e a partilha dos bens deixados por falecimento de seu pai, que residia no Estado do Piauí, na época em que faleceu. Em razão disso, efetuaram o pagamento do imposto devido antes da data marcada para a assinatura da referida escritura, como determina a Lei estadual nº 4.261/1989.
- Ocorre que, na última hora, descobriu-se a existência de testamento deixado pelo falecido, o qual destinava parte dos bens a pessoas que não eram seus herdeiros legais. Em razão disso, cancelou-se a realização da reunião para assinatura da escritura de inventário e partilha e passaram a tomar providências para a realização de inventário judicial, inclusive com o recálculo dos quinhões de cada herdeiro e legatário, bem como do tributo devido por cada um deles.
- No tocante ao ITCMD que já havia sido pago por conta do inventário e da partilha que estavam em vias de serem formalizadas por meio da citada escritura pública e tendo como base as regras da referida lei, esse imposto
- (A) só poderá ser objeto de restituição pela via judicial, pois, pela via extrajudicial, a lei só permite a compensação do imposto indevidamente pago com aquele que vier a ser apurado como efetivamente devido, em um novo cálculo.
 - (B) não poderá ser restituído, porque esse pagamento é feito mediante a aposição de selos cartorários que, uma vez inutilizados, não permitem a restituição dos valores neles expressos.
 - (C) só poderá ser restituído a quem tiver feito o pagamento no todo ou em parte, se for impetrada ação judicial específica para essa restituição, uma vez que o pagamento do imposto foi feito no âmbito extrajudicial, que não prevê restituição nesses casos.
 - (D) deverá ser restituído a quem tiver feito o pagamento, em razão de não ter-se efetivado o ato de lavratura da escritura de inventário e partilha por conta do qual o pagamento foi realizado.
 - (E) não poderá ser restituído a quem tiver feito o pagamento, por falta de previsão legal nesse sentido, mas poderá ser objeto de compensação com o imposto que vier a ser apurado como devido, em decorrência de nova partilha a ser feita.
-
25. As decisões reiteradas e uniformes do TARF podem ser consubstanciadas em súmulas. De acordo com o Decreto estadual nº 18.561/2019,
- (A) as súmulas são observância obrigatória pelos julgadores de qualquer instância administrativa, não vinculando, todavia, as demais autoridades fazendárias.
 - (B) compete ao Tribunal Pleno a edição de enunciado de súmula, que vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
 - (C) a proposta de súmula será de iniciativa de Conselheiro do TARF, de Procurador do Estado ou de 2/3 dos Julgadores da COJUL e deverá ser dirigida ao Presidente do TARF.
 - (D) os enunciados das súmulas serão revistos, periodicamente, sempre que a composição do TARF for alterada em mais de 50% dos seus membros.
 - (E) as súmulas são aprovadas pela maioria dos membros do TARF que estejam presentes à sessão em que ocorrer a votação da súmula proposta.
-
26. Relativamente aos contribuintes e aos responsáveis pelo pagamento do IPVA devido ao Estado do Piauí, a Lei estadual nº 4.548/1992 estabelece que,
- (A) no caso de aeronaves utilizadas por pessoa jurídica, essa pessoa é a contribuinte, ainda que não seja proprietária da aeronave.
 - (B) relativamente aos despachantes que tenham promovido os despachos de registro e licenciamento do veículo sem o pagamento do IPVA, sua responsabilidade é solidária, mas comporta benefício de ordem.
 - (C) na alienação fiduciária, o devedor fiduciante é responsável solidário pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos.
 - (D) no caso de embarcações de cabotagem utilizadas por pessoa jurídica, essa pessoa é a contribuinte, ainda que não seja proprietária da embarcação.
 - (E) no caso de arrendamento mercantil, o arrendatário do veículo é responsável solidário pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos, mas essa solidariedade comporta benefício de ordem.



27. De acordo com o RICMS/PI, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, à alíquota do fumo e seus derivados, inclusive cigarros, cigarrilhas e charutos, e à alíquota do álcool para utilização não combustível deverá ser acrescido um percentual adicional de
- (A) 1,5%, para o Fundo Estadual de Fomento ao Turismo no Estado do Piauí (FEFTUR).
 - (B) 2,5%, para o Fundo Estadual de Combate ao Consumo Abusivo de Álcool (FECOÁLCOOL).
 - (C) 1,0%, para o Fundo Estadual de Preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara (FEPCAPI).
 - (D) 3,0%, para o Fundo Estadual de Combate ao Fumo (FECOF).
 - (E) 2,0%, para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).
-
28. A indústria de produtos alimentícios GCD Ltda., localizada em Picos/PI, remeteu mercadoria para a empresa comercial varejista Prato Bom Ltda., localizada em Teresina/PI, desacobertada de documentação fiscal, sendo que esta última, destinatária da remessa, recebeu a mercadoria em seu estabelecimento.
- De acordo com as informações fornecidas e o estabelecido na Lei estadual nº 4.257/1989, que trata da cobrança do ICMS no Estado do Piauí, a empresa
- (A) Prato Bom Ltda. é responsável tributária pelo pagamento do imposto devido nessa operação, pela penalidade imposta à empresa GCD Ltda. e pelos acréscimos moratórios incidentes.
 - (B) GCD Ltda. é responsável tributária pelo pagamento do imposto devido nessa operação e pela penalidade imposta à empresa Prato Bom Ltda.
 - (C) Prato Bom Ltda. é responsável tributária pelo pagamento do imposto devido nessa operação e pela penalidade imposta à empresa GCD Ltda.
 - (D) GCD Ltda. é responsável tributária pelo pagamento do imposto devido nessa operação.
 - (E) Prato Bom Ltda. é responsável tributária pelo pagamento do imposto devido nessa operação.
-
29. A Lei estadual nº 3.216/1973, que dispõe sobre a legislação tributária do Estado do Piauí e dá outras providências, contempla regras a respeito da contribuição de melhoria. De acordo com essas regras,
- (A) a porcentagem do custo real a ser cobrado mediante contribuição de melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, mas desconsiderado o nível de desenvolvimento da região, quando mais de 50% do número dos imóveis beneficiados forem habitados por pessoas que não são suas respectivas proprietárias.
 - (B) serão incluídos no orçamento de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.
 - (C) no cômputo do custo das obras incluem-se, dentre outras, as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução, excluídos os custos de financiamento e os prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos.
 - (D) no cômputo do custo das obras incluem-se as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, excluídos os prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos.
 - (E) considerada a capacidade econômica dos contribuintes residentes nos imóveis situados nas respectivas zonas de influência, o custo das obras poderá ter a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficiente de correção monetária, cujo limite máximo é de 5% ao ano.
-
30. Relativamente aos prazos processuais, o Decreto estadual nº 18.561/2019, que regula o Processo Administrativo Tributário no Piauí, estabelece que o ato processual praticado por meio eletrônico será considerado tempestivo observado o horário registrado no protocolo eletrônico de recebimento, quando efetivado, no mais tardar até às
- (A) 24 horas do último dia estabelecido para encerramento do prazo.
 - (B) 17 horas, 59 minutos e 59 segundos do último dia estabelecido para encerramento do prazo.
 - (C) 17 horas do último dia estabelecido para encerramento do prazo.
 - (D) 23 horas, 59 minutos e 59 segundos do último dia estabelecido para encerramento do prazo.
 - (E) 18 horas do último dia estabelecido para encerramento do prazo.
-
31. O Supermercado Atlântico, localizado na cidade de Teresina/PI, decidiu fazer a doação de 50 televisores de última geração para serem sorteados durante os festejos em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, a ser realizada na cidade. Embora o referido supermercado tenha tentado, junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, obter a isenção do ICMS incidente sobre as mercadorias doadas, ele não obteve sucesso, de forma que a operação será tributada pelo ICMS.
- Por sua vez, no tocante ao ITCMD, a Lei estadual nº 4.261/1989 determina
- (A) que, nas doações para benemerência, o imposto deverá ser calculado mediante a aplicação de redução de 75% na base de cálculo.
 - (B) que o imposto seja pago com a mesma redução de alíquota ou de base de cálculo concedida pela legislação do ICMS a essa operação.
 - (C) que, nas doações para benemerência, o imposto deverá ser calculado mediante a aplicação de extraordinária de 2%.
 - (D) a não incidência desse imposto, pois a doação dos referidos aparelhos também constitui fato gerador do ICMS.
 - (E) que o imposto seja pago com a mesma redução de base de cálculo concedida pela legislação do ICMS a essa operação.



32. Dona Laodiceia, residente e domiciliada em Esperantina/PI, gosta de cozinhar para a família e leva esse assunto muito a sério. No início de 2025, ela decidiu importar da Itália uma máquina moderna de preparar massa, que ela pretende instalar no galpão dos fundos de sua casa. Sob o ponto de vista financeiro, é mais vantajoso importar esse bem do que adquiri-lo de empresa importadora brasileira. Sua única dúvida diz respeito à tributação do ICMS nessa importação.
- De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.257/1989, que instituiu o ICMS no Estado do Piauí, caso Dona Laodiceia, pessoa física, decida realizar essa importação em seu próprio nome,
- (A) não haverá incidência do ICMS na entrada desse bem importado do exterior, porque não está caracterizada a habitualidade nessas importações e porque Dona Laodiceia não vai comercializar as mercadorias que serão produzidas com a utilização desse bem.
 - (B) haverá incidência do ICMS na entrada desse bem importado do exterior, o fato gerador ocorrerá no momento do desembaraço aduaneiro e o contribuinte será Dona Laodiceia.
 - (C) haverá incidência do ICMS na entrada desse bem importado do exterior, o fato gerador ocorrerá no momento da saída do bem da repartição aduaneira e o contribuinte será Dona Laodiceia que, no entanto, poderá abater do montante do ICMS devido o imposto comprovadamente pago pelo remetente na Itália.
 - (D) não haverá incidência do ICMS na entrada desse bem importado do exterior, pois foi importado por pessoa física e sem intuito comercial.
 - (E) haverá incidência do ICMS na entrada desse bem importado do exterior, o fato gerador ocorrerá no momento da entrada do bem no domicílio de Dona Laodiceia, que é a responsável tributária pelo ICMS devido.
-
33. Em 2024, Inácio adquiriu a caminhonete que Pedro, profissional autônomo, utilizou durante 18 anos, para ganhar seu sustento, trabalhando com entrega de mercadorias no Município de Teresina/PI e nos municípios próximos (isenta do IPVA). Como, no entanto, a quilometragem da referida caminhonete, licenciada na categoria aluguel, era razoavelmente baixa (80.000 km), Inácio nem se importou com os pequenos problemas de funilaria existentes, pois iria adaptar seu veículo e utilizá-los em campeonatos de *rally de caminhonetes*. No dia 18 de junho de 2024, Inácio pagou os R\$ 48.000,00 que Pedro pediu, pois esse era o valor de mercado desse veículo e também seu valor venal para fins de tributação, naquele exercício.
- De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida pela Lei estadual nº 4.548/1992, em razão dessa aquisição, o IPVA relativo ao exercício de 2024
- (A) é devido no montante de R\$ 720,00.
 - (B) é devido no montante de R\$ 700,00.
 - (C) não é devido.
 - (D) é devido no montante de R\$ 840,00.
 - (E) é devido no montante de R\$ 600,00.
-
34. De acordo com o disposto na Lei estadual nº 6.949/2017, que regula o Processo Administrativo Tributário no Estado do Piauí, aplicam-se, subsidiariamente a essa lei, as normas
- (A) do Código de Processo Penal brasileiro.
 - (B) dos Códigos de Processo Civil e Processo Penal brasileiros.
 - (C) do Processo Administrativo Tributário da União.
 - (D) do Código de Processo Civil brasileiro.
 - (E) do Código Civil brasileiro.
-
35. De conformidade com a disciplina estabelecida pela Lei Estadual nº 4.257/1989, que trata do ICMS no Estado do Piauí, a base de cálculo do ICMS, no desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior, é composta por diversas parcelas, dentre as quais NÃO se encontra o valor relativo
- (A) a impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras.
 - (B) ao Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (C) ao Imposto sobre Operações de Câmbio.
 - (D) ao Imposto de Importação.
 - (E) às despesas incorridas após o momento do desembaraço aduaneiro.
-
36. Ivonildo, domiciliado em São Luís/MA, decidiu mudar-se para o exterior e lá viver até o fim dos seus dias.
- Antes de sua mudança e ainda residindo no Brasil, doou para sua irmã Adelina, domiciliada em Piripiri/PI, a casa de sua propriedade, localizada em Parnaíba/PI, e também doou para seu sobrinho Marcelo, domiciliado em Picos/PI, os três veículos automotores que mantinha nesse imóvel de Parnaíba. De acordo com as informações fornecidas e a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 4.261/1989, o responsável solidário pelo ITCMD devido ao Estado do Piauí,
- (A) pela doação dos veículos automotores, é Ivonildo.
 - (B) tanto pela doação dos veículos automotores, como pela doação da casa, é Ivonildo.
 - (C) pela doação da casa, é Ivonildo.
 - (D) pela doação da casa, é Adelina.
 - (E) pela doação dos veículos automotores, é Marcelo.

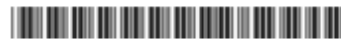


37. De acordo com a disciplina estabelecida, no Estado do Piauí, pela Lei estadual nº 6.949/2017, compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF):
- (A) por suas Primeira ou Segunda Câmaras, julgar os recursos de revista interpostos pela Fazenda Estadual ou pelo sujeito passivo, na forma desta lei.
 - (B) por sua Segunda Câmara, julgar os recursos de ofício formulados pelos julgadores monocráticos, quando o processo versar, por exemplo, sobre matéria relacionada a transporte.
 - (C) por suas Câmaras, julgar recursos contra decisões emitidas pela Unidade de Tributação – UNATRI em processos de consulta à legislação tributária, vedada, em qualquer caso, a apreciação de matéria relacionada à restituição de tributos.
 - (D) por sua Primeira Câmara, julgar os recursos voluntários contra decisões monocráticas da primeira instância, quando o processo versar, por exemplo, sobre matéria relacionada à agricultura, podendo afastar a aplicação de lei estadual sob fundamento de inconstitucionalidade.
 - (E) por suas Primeira e Segunda Câmaras, julgar os recursos voluntários contra decisões monocráticas da primeira instância, quando o processo versar, por exemplo, sobre matéria relacionada ao comércio.

38. Em maio de 2021, Alceu comprou de Camila um veículo automotor usado, fabricado em 2000. Em setembro de 2023, Sérgio adquiriu esse veículo de Alceu, ficou um ano e meio com ele e o vendeu a Soraia, em abril de 2025. Logo depois dessa compra, Soraia recebeu comunicação da Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí, informando que constava débito do IPVA relativamente aos exercícios de 2022 e 2024.

De acordo com as informações fornecidas e considerando, também, que todas essas transferências do veículo ocorreram entre cidadãos domiciliados em Teresina/PI e que o veículo transmitido sempre esteve licenciado no Piauí, a responsabilidade solidária pelo pagamento do IPVA e acréscimos devidos, de acordo com a Lei estadual nº 4.548/1992, pode ser atribuída a

- (A) Sérgio, relativamente aos exercícios de 2022 e 2024.
 - (B) Sérgio, relativamente ao exercício de 2024, apenas.
 - (C) Soraia, relativamente aos exercícios de 2022, apenas.
 - (D) Soraia, relativamente aos exercícios de 2022 e 2024.
 - (E) Soraia, relativamente ao exercício de 2024, apenas.
39. Em uma situação fictícia, 4 Conselheiros compareceram à sessão da Primeira Câmara do TARF, onde atuam, no Estado do Piauí, sendo três deles Auditores Fiscais representando a Fazenda Pública e um representando os contribuintes. Submetido a julgamento o único processo constante da pauta, três deles se manifestaram pela procedência da exigência fiscal formalizada no auto de infração, enquanto um deles votou em sentido contrário. O Presidente da Câmara não proferiu voto de qualidade. Com base na disciplina do Processo Administrativo Tributário, estabelecida pelo Decreto estadual nº 18.561/2019, a sessão de julgamento
- (A) poderia ter deliberado, como o fez, e houve maioria de votos em relação aos Conselheiros presentes, conforme exige o referido Decreto.
 - (B) poderia ter deliberado, como o fez, mas a votação não alcançou a maioria, pois três votos não são representados a maioria em uma Câmara com 6 componentes.
 - (C) poderia ter deliberado, como o fez, e, somente se o Presidente da Câmara tivesse proferido voto de qualidade no mesmo sentido dos outros três, a maioria teria sido alcançada.
 - (D) não poderia ter deliberado, pois não estavam presentes todos os 6 membros que a compõem.
 - (E) não poderia ter deliberado, pois não havia paridade naquela sessão, já que representantes dos contribuintes estavam ausentes.
40. O RICMS/PI, aprovado pelo Decreto estadual nº 21.866/2023, disciplina a incidência de acréscimos moratórios sobre o débito fiscal. No tocante
- (A) à multa de mora, elas incidem à taxa de 0,33% por dia de atraso, limitada à taxa total de 33%.
 - (B) aos créditos tributários já inscritos em dívida ativa, a multa de mora corresponde a 100% do valor do imposto não pago.
 - (C) aos créditos tributários, quando eles não tiverem sido integralmente pagos no prazo, incidirão juros de mora e multa de mora.
 - (D) às penalidades cabíveis previstas na legislação tributária estadual, quando elas não tiverem sido integralmente pagas no prazo, incidirão juros de mora e multa de mora.
 - (E) aos créditos tributários com exigibilidade suspensa, por força de tramitação de processo administrativo tributário, os acréscimos moratórios não incidirão sobre eles até o 30º dia posterior àquele em que tiver sido proferida a decisão definitiva.

**Contabilidade Geral**

Atenção: Para responder às questões de números 41 e 42 utilize as informações a seguir:

Em 02/12/2022, a empresa Compra e Venda S.A. adquiriu determinada mercadoria para revenda e pagou, à vista, os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias: R\$ 300.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias do depósito do fornecedor até seu depósito: R\$ 20.000,00.

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos foi R\$ 40.000,00.

Em 22/12/2022, a empresa vendeu 80% das mercadorias que haviam sido adquiridas e pagou R\$ 30.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas.

41. O saldo contábil da conta Estoques, após a venda e entrega das mercadorias vendidas, registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação às mercadorias citadas, era
- (A) R\$ 52.000,00
 - (B) R\$ 60.000,00
 - (C) R\$ 64.000,00
 - (D) R\$ 56.000,00
 - (E) R\$ 62.000,00

42. O valor do Custo das Mercadorias Vendidas registrado no resultado de 2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação à venda das mercadorias citadas, foi
- (A) R\$ 248.000,00
 - (B) R\$ 208.000,00
 - (C) R\$ 240.000,00
 - (D) R\$ 256.000,00
 - (E) R\$ 224.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 43 e 44 utilize as informações a seguir:

No dia 01/12/2024, a empresa Rentabilizando S.A. realizou duas aplicações em ativos financeiros, cujos valores e as respectivas classificações feitas pela empresa foram as seguintes:

- R\$ 400.000,00 são mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 300.000,00 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As duas aplicações remuneravam à mesma taxa de juros de 0,8% ao mês.

Os valores justos dos títulos, em 31/12/2024, eram os seguintes:

- R\$ 408.000,00 para os títulos mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 306.000,00 para os títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

43. O valor total registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 da empresa Rentabilizando S.A., especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024 foi
- (A) R\$ 709.200,00
 - (B) R\$ 700.000,00
 - (C) R\$ 705.600,00
 - (D) R\$ 714.000,00
 - (E) R\$ 710.400,00

44. Na Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa Rentabilizando S.A., o valor total registrado, especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024 foi
- (A) R\$ 9.200,00
 - (B) R\$ 5.600,00
 - (C) R\$ 19.600,00
 - (D) R\$ 14.000,00
 - (E) R\$ 10.400,00



45. A empresa Investidora S.A. possui 80% das ações da empresa Dependente S.A. e detém o seu controle. O investimento é avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial e estava registrado em 31/12/2020 no Balanço Patrimonial da Investidora S.A. pelo valor de R\$ 40.000.000,00.

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a empresa Dependente S.A. reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido apurado em 2021: R\$ 5.000.000,00
- Pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado em 2020: R\$ 1.200.000,00
- Proposta de dividendos referentes ao ano de 2021: R\$ 2.000.000,00

Se, à época da aquisição do investimento, não houve pagamento de ágio nem ganho por compra vantajosa, o valor líquido evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2021 da empresa Investidora S.A., referente à sua participação na empresa Dependente S.A., foi

- (A) R\$ 3.040.000,00
- (B) R\$ 1.440.000,00
- (C) R\$ 5.000.000,00
- (D) R\$ 2.400.000,00
- (E) R\$ 4.000.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 46 e 47 utilize as informações a seguir:

Um equipamento foi adquirido pela empresa Produtora Integral S.A. para uso na sua atividade e entrou em operação no dia 01/07/2022. A empresa pagou, à vista, os seguintes valores para dispor do equipamento nas condições de uso estabelecidas:

- Pagamento ao fornecedor do equipamento R\$ 1.400.000,00
- Gastos com instalação e customização do equipamento R\$ 760.000,00

A vida útil do equipamento foi definida pela empresa em 8 anos e o valor residual esperado para sua venda foi estimado, no final do prazo de vida útil, em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para a determinação da despesa de depreciação e a vida útil do equipamento para fins fiscais é 10 anos. Não foi identificado, até 31/12/2023, a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

46. O valor da despesa de depreciação registrado pela empresa Produtora Integral S.A. no resultado de 2023 foi

- (A) R\$ 100.000,00
- (B) R\$ 125.000,00
- (C) R\$ 216.000,00
- (D) R\$ 270.000,00
- (E) R\$ 220.000,00

47. O saldo contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da Produtora Integral S.A. foi

- (A) R\$ 1.212.500,00
- (B) R\$ 1.250.000,00
- (C) R\$ 1.830.000,00
- (D) R\$ 1.755.000,00
- (E) R\$ 1.836.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 48 e 49 utilize as informações a seguir:

Um ativo intangível, com vida útil definida em 20 anos, estava apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 da empresa Só Aparência S.A. com os seguintes valores:

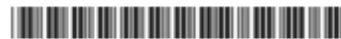
Custo de aquisição	5.000.000,00
(-) Amortização acumulada	(1.125.000,00)
(⇒) Valor contábil do ativo	3.875.000,00

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de *impairment*) em 31/12/2022, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível, com os valores expressos em reais:

- Valor em uso..... 3.500.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda 3.300.000,00

48. O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Só Aparência S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, foi

- (A) R\$ 3.300.000,00
- (B) R\$ 3.875.000,00
- (C) R\$ 2.750.000,00
- (D) R\$ 3.500.000,00
- (E) R\$ 3.625.000,00



49. O valor total registrado pela empresa Só Aparência S.A. no resultado de 2022 relacionado com o ativo intangível foi
- (A) R\$ 125.000,00
 (B) R\$ 375.000,00
 (C) R\$ 1.125.000,00
 (D) R\$ 250.000,00
 (E) R\$ 575.000,00

50. Um empréstimo, com as características apresentadas a seguir, foi obtido pela empresa Endividada S.A.:

- Data da obtenção do empréstimo 30/11/2020
- Valor bruto do empréstimo R\$ 50.000.000,00
- Prazo total do contrato 8 anos
- Taxa de juros compostos contratada 0,95% ao mês
- Forma de pagamento parcelas mensais de mesmo valor
- Valor das parcelas mensais R\$ 796.249,10
- Valor dos custos de transação incorridos R\$ 1.008.621,87

Os custos de transação foram pagos na data de início do contrato e a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 1% ao mês.

Em relação a esse empréstimo é correto afirmar que:

- (A) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 500.000,00.
 (B) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 796.249,10.
 (C) o saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 48.685.042,81.
 (D) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 475.000,00.
 (E) o saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 49.703.750,90.

Atenção: Para responder às questões de números 51 e 52 utilize as informações a seguir:

O quadro a seguir apresenta informações sobre os processos judiciais a que a empresa Problemas Gerais S.A. está respondendo. São apresentadas as informações sobre os processos que foram contabilizados no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 e os valores atualizados para 31/12/2023, incluindo novos processos que foram impetrados neste ano, a probabilidade de perda identificada para cada processo e os valores estimados para estas perdas.

Nº do Processo	31/12/2022	31/12/2023	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial (R\$)	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada (R\$)
1	1.500.000,00	Provável	1.200.000,00
2	-	Provável	720.000,00
3	-	Possível	480.000,00
4	900.000,00	Possível	540.000,00

51. Com base nas informações apresentadas e exclusivamente em relação aos processos analisados, o saldo evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa Problemas Gerais S.A. foi
- (A) R\$ 1.920.000,00
 (B) R\$ 1.020.000,00
 (C) R\$ 3.120.000,00
 (D) R\$ 3.600.000,00
 (E) R\$ 2.940.000,00
52. Com base nas informações apresentadas e exclusivamente em relação aos processos analisados, o impacto reconhecido no resultado de 2023 da empresa Problemas Gerais S.A. foi
- (A) um ganho de R\$ 180.000,00
 (B) uma perda de R\$ 180.000,00
 (C) uma perda de R\$ 720.000,00
 (D) um ganho de R\$ 480.000,00
 (E) um ganho de R\$ 900.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 53 e 54 utilize as informações a seguir:

O Patrimônio líquido da empresa Importadora de Tecidos S.A., apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, era composto das seguintes contas com os saldos expressos em reais:

Capital	48.000.000,00
Reserva Legal	1.200.000,00
Reserva Estatutária	4.800.000,00
Patrimônio Líquido	54.000.000,00

As seguintes informações sobre a empresa Importadora de Tecidos S.A. são conhecidas:

- O lucro líquido apurado em 2023 foi R\$ 28.800.000,00.
- A Reserva Legal foi constituída de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- A Reserva Estatutária é constituída pelo valor correspondente a 10% do Lucro Líquido, sem qualquer ajuste.
- O dividendo mínimo obrigatório, definido no estatuto da empresa, corresponde a 30% do Lucro Líquido deduzido do valor da Reserva Legal constituída no período.
- Não houve, em 2023, aumento de Capital nem distribuição de dividendos dos resultados de períodos anteriores.

53. O valor total do Patrimônio Líquido que deveria ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa Importadora de Tecidos S.A. era

- (A) R\$ 73.512.000,00
- (B) R\$ 74.456.000,00
- (C) R\$ 74.160.000,00
- (D) R\$ 73.584.000,00
- (E) R\$ 74.592.000,00

54. O valor dos dividendos que deveria ser apresentado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa Importadora de Tecidos S.A., era

- (A) R\$ 7.848.000,00
- (B) R\$ 7.344.000,00
- (C) R\$ 8.208.000,00
- (D) R\$ 8.640.000,00
- (E) R\$ 7.776.000,00

55. A Demonstração do Resultado do ano de 2023 de uma empresa apresentava os seguintes valores, expressos em reais:

Demonstração do Resultado – 01/01/2023 a 31/12/2023	
Receita Bruta de Vendas	4.800.000,00
(-) Impostos sobre vendas	(1.100.000,00)
(=) Receita Líquida	3.700.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.500.000,00)
(=) Lucro Bruto	2.200.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa com pessoal	(200.000,00)
INSS sobre salários (parcela da empresa)	(40.000,00)
FGTS sobre salários	(16.000,00)
Despesa de depreciação	(350.000,00)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	1.594.000,00
(-) IR e CSLL	(354.000,00)
(=) Lucro Líquido	1.240.000,00

O valor dos tributos recuperáveis referentes ao estoque dos produtos que foram vendidos em 2023 foi R\$ 270.000,00.

O valor adicionado líquido gerado pela empresa no ano de 2023 foi

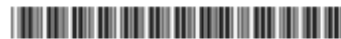
- (A) R\$ 1.580.000,00
- (B) R\$ 1.240.000,00
- (C) R\$ 2.680.000,00
- (D) R\$ 3.030.000,00
- (E) R\$ 2.950.000,00

**Administração Financeira e Orçamentária**

56. Suponha que em um contrato de parceria público-privada, no qual a legislação de regência permite o oferecimento de garantia pela Administração, esta tenha ofertado em garantia ao privado a receita decorrente de créditos não tributários objeto de parcelamento administrativo. Tal previsão foi contestada pelos órgãos de controle, com base no princípio da não afetação ou não vinculação, dado que tais créditos foram considerados na previsão de receitas que embasou a Lei Orçamentária Anual. Referido entendimento afigura-se juridicamente
- (A) correto, eis que somente por lei específica pode haver vinculação em garantia a particulares de produto de impostos e de outros créditos não tributários.
 - (B) correto, dado que a vinculação de produto de impostos e outros créditos não tributários somente pode ser feita como garantia e meio de pagamento à União.
 - (C) equivocado, eis que tal princípio veda a vinculação de produto de imposto a órgão ou fundo, não se aplicando a outras receitas orçamentárias.
 - (D) correto, eis que o princípio em questão veda qualquer destinação vinculada de receita orçamentária ou de projeção de receita futura.
 - (E) equivocado, eis que tal princípio veda apenas a vinculação em garantia de produto de tributos, incluindo impostos, taxas e contribuições.
-
57. O princípio do orçamento bruto, como um dos princípios que informam a elaboração dos orçamentos públicos, estabelece, como regra geral, que
- (A) apenas as deduções relativas a transferências obrigatórias e contribuições ao regime de previdência são admitidas como redutoras das receitas que serão destinadas à cobertura de tais finalidades, estas que devem ser computadas na Lei Orçamentária Anual pelo valor líquido.
 - (B) as receitas e despesas devem constar na lei orçamentária sem deduções, de forma que o valor de arrecadação dos impostos estaduais deve ser computado integralmente, sendo lançado como despesa o montante relativo à participação dos municípios.
 - (C) as receitas obtidas com alienação de ativos devem ser registradas no orçamento de acordo com a previsão estabelecida na lei que autorizou a alienação, independentemente do valor efetivo de venda, líquida apenas das contribuições e taxas incidentes sobre a operação.
 - (D) as despesas com pessoal e custeio da Administração direta e indireta, incluindo empresas dependentes e não dependentes de recursos do Tesouro, deverão estar previstas na lei orçamentária, sendo consideradas para efeito de verificação do limite máximo de despesas com pessoal do ente.
 - (E) os créditos especiais, incluídos os adicionais e os suplementares e excluídos apenas os extraordinários, devem constar, de forma global, da Lei de Diretrizes Orçamentárias como condição necessária para sua previsão individualizada na Lei Orçamentária Anual.
-
58. No que concerne aos tipos de orçamento público apontados pela doutrina, tem-se, que ao adotar a opção de um orçamento do tipo base zero,
- (A) verifica-se um significativo aumento das despesas discricionárias, na medida em que tal modelo importa a desvinculação total de receitas com destinação específica.
 - (B) passa a ser obrigatória a prévia submissão da proposta orçamentária à participação popular, mediante consulta pública, sob pena de nulidade.
 - (C) assume-se o compromisso de equilíbrio orçamentário, não sendo admissível previsão ou a ocorrência de déficit ao final do exercício.
 - (D) abandona-se a abordagem incremental, deixando de considerar como base da orçamentação o histórico de receitas e despesas de exercícios anteriores.
 - (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) perde a sua funcionalidade, na medida em que a Lei Orçamentária Anual passa a ser desvinculada de metas ou parâmetros fixados na LDO.
-
59. A ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, informa o Anexo de Riscos Fiscais, este que
- (A) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo nele constar as providências a serem tomadas, caso se materializem os passivos contingentes e os demais riscos fiscais nele elencados.
 - (B) estabelece os critérios e percentuais de limitação de empenho (contingenciamento) no exercício a que se refere, no caso de não atingimento das metas de arrecadação nele estabelecidas.
 - (C) deve ser elaborado e publicado a cada dois anos, servindo como elemento balizador das propostas de lei orçamentária anual que serão apresentadas nos respectivos exercícios subsequentes.
 - (D) deve acompanhar o Plano Plurianual, indicando a probabilidade de atingimento ou não das metas de resultado nominal e primário projetadas para os próximos quatro exercícios.
 - (E) constitui elemento obrigatório da Lei Orçamentária Anual, indicando os eventos que poderão ser cobertos mediante a utilização da Reserva de Contingência no montante estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



60. Suponha que, no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo, tenha ocorrido o empenho e a liquidação de diversas despesas relativas à execução de obras públicas, sem que os respectivos pagamentos tenham ocorrido até o final do correspondente exercício, efetuando-se a inscrição de tais despesas em restos a pagar. De acordo com a disciplina estabelecida na legislação de regência em relação à geração e execução de despesas públicas, tal procedimento afigura-se
- (A) ilícito, eis que, independentemente da circunstância temporal narrada, todas as despesas devem ser pagas no exercício em que foram empenhadas.
 - (B) potencialmente ilícito, pois, a depender do percentual de despesas inscritas como restos a pagar, será configurado crime de responsabilidade, independentemente de suficiência de caixa para pagamento.
 - (C) irregular, eis que a lei veda expressamente a geração e inscrição de restos a pagar nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Executivo, salvo em situação de calamidade pública.
 - (D) lícito, desde que comprovada a existência de disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento das despesas contraídas no exercício.
 - (E) admissível apenas em se tratando de restos a pagar não processados, ou seja, nos quais o ciclo de liquidação ainda não tenha se completado por razões de força maior.
-
61. Suponha que em uma situação de calamidade pública declarada em determinado município em função de evento climático extremo, tenha se mostrado necessária a abertura de crédito extraordinário para cobertura de despesas urgentes e imprevistas. De acordo com a disciplina constitucional e legal aplicável, tal medida
- (A) somente pode ser adotada se houver excesso de arrecadação no montante necessário para cobertura do crédito a ser aberto.
 - (B) depende do cancelamento de despesa orçamentária no mesmo montante do crédito extraordinário a ser instituído.
 - (C) independe de lei em sentido formal e da indicação da fonte de custeio para suportar o respectivo crédito.
 - (D) pode ser tomada mediante a edição de medida provisória, desde que indicada a fonte de custeio.
 - (E) prescinde da indicação de fonte de custeio, mas demanda a edição de lei, não podendo a abertura ocorrer por ato do Chefe do Executivo.
-
62. Dentre os requisitos para geração de despesas públicas, as despesas obrigatórias de caráter continuado
- (A) sujeitam-se aos mesmos requisitos legais estabelecidos para geração das demais despesas, salvo no que concerne à previsão na Lei Orçamentária Anual, dado que são suportadas por créditos adicionais.
 - (B) constituem despesas de capital, na forma de investimentos ou inversões financeiras, afastando-se o enquadramento de despesas de pessoal ou custeio em geral em tal categoria legal.
 - (C) constituem despesas extraorçamentárias, dado que ultrapassam a vigência da Lei Orçamentária Anual, sendo necessária a previsão expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, se superiores a 3 exercícios, no Plano Plurianual.
 - (D) equiparam-se à renúncia de receitas, devendo seus efeitos financeiros ser compensados pelo aumento permanente de receita nos exercícios subsequentes, observada a margem de crescimento estabelecida no Plano Plurianual.
 - (E) devem cumprir requisitos específicos, entre os quais a comprovação de que não serão afetadas as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-
63. As receitas ou ingressos públicos comportam diferentes categorizações, entre as quais a que diferencia receitas
- (A) derivadas, obtidas a partir da exploração de bens públicos, e primárias, obtidas a partir da arrecadação fiscal e alienação de bens.
 - (B) originárias e derivadas, sendo estas últimas obtidas a partir do exercício do poder de império do Estado, tal qual a arrecadação de impostos e outros tributos.
 - (C) ordinárias, correspondentes àquelas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e extraordinárias, que destinam-se exclusivamente à cobertura de déficit fiscal.
 - (D) orçamentárias e extraorçamentárias, conforme sejam arrecadadas compulsoriamente ou a partir da prestação de serviços públicos.
 - (E) correntes e de capital, sendo as primeiras obtidas a partir da arrecadação de tributos e alienação de ativos e as segundas mediante operações de crédito.



64. O princípio orçamentário da universalidade está ligado à ideia de que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas,
- (A) excluídas as receitas próprias dos Poderes Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, eis que dotados de autonomia orçamentária.
 - (B) exceto as despesas correspondentes à aplicação mínima em saúde e educação e receitas com destinação constitucionalmente estabelecida, tal como aquelas relativas à seguridade social.
 - (C) excluídos os valores arrecadados que não pertencem ao ente, tais como cauções, consideradas receitas extraorçamentárias.
 - (D) incluindo as receitas oriundas de transferências constitucionais, porém excluídos os *royalties* e subvenções.
 - (E) devendo ser cotejado com o princípio da anualidade, de forma que os tributos não serão considerados receita do exercício de sua instituição, ainda que neste arrecadados.
-
65. A Receita Corrente Líquida (RCL) auferida pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal constitui base de cálculo para diferentes limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por outras normas, tais como o limite de gastos com pessoal e de endividamento público. De acordo com o ordenamento jurídico, a RCL dos Estados é aferida considerando-se algumas deduções, entre as quais:
- (A) os montantes recebidos pelo Estado a título de participação no produto da arrecadação de impostos da União.
 - (B) as receitas auferidas pelas empresas controladas pelo Estado, dependentes ou não de recursos do Tesouro.
 - (C) o percentual de participação dos Municípios no produto dos impostos estaduais estabelecido por determinação constitucional.
 - (D) o montante relativo à arrecadação de receitas provenientes do pagamento de contribuições e taxas.
 - (E) o índice de inflação estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aplicado como redutor da receita de impostos arrecadada no exercício.
-
66. O princípio da Unidade de Caixa ou de Tesouraria, aplicável a todos os entes da Federação por imposição constitucional, estabelece a
- (A) vedação à fragmentação do recolhimento de receitas mediante a criação de caixas especiais, admitindo-se a criação, por lei, de fundos especiais de despesa.
 - (B) vedação de aplicação das disponibilidades de caixa dos Estados e dos Municípios em títulos da dívida pública emitidos pela União.
 - (C) possibilidade de utilização de instituição financeira oficial não estatal apenas para depósito de vencimentos e proventos, vedado o depósito de outras disponibilidades de caixa do Tesouro.
 - (D) obrigatoriedade de recolhimento das contribuições do regime de previdência junto à conta única do Tesouro.
 - (E) obrigação de manter todas as disponibilidades de caixa dos entes federados junto ao Banco Central ou aplicadas em instituição financeira controlada pela União.
-
67. Como instrumento para assegurar uma gestão fiscal responsável, planejada e transparente, o Anexo de Metas Fiscais
- (A) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e contempla, entre outros elementos, demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
 - (B) deve contemplar as medidas de renúncia fiscal para os próximos quatro exercícios, integrando a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual relativo ao respectivo período.
 - (C) integra a Lei Orçamentária Anual e estabelece os critérios para limitação de empenho no curso do exercício, aplicáveis apenas ao Poder Executivo, incluindo autarquias, empresas públicas dependentes e fundações públicas.
 - (D) informa a elaboração da Lei Orçamentária Anual, fixando os limites de endividamento público do ente, o qual deve ser considerado no curso do exercício financeiro correspondente.
 - (E) deve, necessariamente, estabelecer meta de superávit orçamentário-fiscal superior àquela estabelecida para o exercício antecedente, de forma alinhada com os indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.



68. No que concerne às características básicas da estrutura orçamentária e apuração de resultados do exercício, tem-se que as receitas
- (A) industriais, agropecuárias e obtidas a partir da cobrança de tarifas ou preço público são classificadas como receitas de capital, dado que oriundas da exploração do patrimônio estatal.
 - (B) classificadas como financeiras, tais como as decorrentes de operações de crédito e juros sobre aplicações financeiras, não são computadas na apuração do resultado primário.
 - (C) provenientes de financiamento obtido junto à União ou perante instituição financeira federal ou organismo multilateral são consideradas inversões financeiras.
 - (D) correntes, tais como aquelas obtidas com a arrecadação de impostos, somente podem ser aplicadas em despesas correntes, incluindo pessoal e custeio em geral.
 - (E) oriundas de transferências e subvenções são consideradas extraorçamentárias e não são computadas na apuração do superávit do exercício.
-
69. Suponha que o Estado tenha procedido à alienação de diversos imóveis públicos não afetados à finalidade pública, gerando excesso de arrecadação e que pretenda utilizar tal fonte para aplicação em diferentes finalidades. De acordo com a disciplina aplicável às receitas públicas e à geração de despesas, tem-se que
- (A) se deve observar a denominada "regra de ouro", de acordo com a qual tais receitas não podem ser destinadas a quaisquer despesas que envolvam inativos e obrigações previdenciárias do ente.
 - (B) apenas excepcionalmente tais receitas poderão ser destinadas ao custeio de despesas de pessoal ativo e inativo, mediante autorização legal específica e observados os limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) se trata de receita corrente extraordinária, passível de aplicação em despesas correntes, vedada a destinação a novos investimentos e inversões financeiras que ultrapassem o exercício orçamentário.
 - (D) somente é admissível a utilização de tais receitas para abertura de créditos adicionais, destinados a despesas de capital ou custeio, vedada a aplicação em despesas correntes de pessoal.
 - (E) é vedada a destinação das referidas receitas para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
-
70. A sistemática legal aplicável às receitas e despesas públicas estabelece, como regra, o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas, não obstante tratamento específico para determinadas situações, de molde que
- (A) as receitas obtidas a partir de operação de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) no exercício em curso pertencem a exercícios posteriores e, portanto, integram a dívida consolidada do ente.
 - (B) a despesa que tenha sido empenhada no exercício de 2024, inscrita em restos a pagar não processados, liquidada e paga em 2025, é considerada despesa orçamentária no exercício do pagamento (2025).
 - (C) as receitas destinadas ao pagamento de restos a pagar pertencem ao exercício financeiro do pagamento e as despesas correspondentes devem ser computadas como extraorçamentárias no exercício do empenho.
 - (D) a despesa resultante de compromissos assumidos em 2024, sem que tenha havido empenho em tal ano e cujo pagamento ocorra em 2025, será computada como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA).
 - (E) as despesas que impactam mais de um exercício financeiro devem ser computadas integralmente no exercício em que a obrigação geradora foi assumida, ainda que haja pagamentos devidos nos exercícios subsequentes.

Contabilidade de Custos

71. A empresa XYZ Ltda. fabrica e vende camisetas personalizadas por meio de encomendas *on-line*. O preço líquido de venda de cada camiseta é de R\$ 50,00. Os custos e despesas incorridos pela empresa podem ser estruturados da seguinte forma:
- | | |
|---|--------------|
| ▪ Matéria-prima (por unidade):..... | R\$ 8,00 |
| ▪ Mão de obra direta (por unidade):..... | R\$ 10,00 |
| ▪ Frete para entrega ao cliente (por unidade):..... | R\$ 5,00 |
| ▪ Aluguel do período:..... | R\$ 9.000,00 |
| ▪ Energia elétrica do período: | R\$ 2.660,00 |
| ▪ Depreciação do período: | R\$ 3.240,00 |
| ▪ Despesas fixas do período: | R\$ 4.000,00 |
- Os gastos incorridos com aluguel, energia elétrica e depreciação dizem respeito ao ambiente de produção e aos equipamentos presentes nele e destinados a essa finalidade. A gestão da empresa estabeleceu como meta que o lucro líquido do período seja de R\$ 13.500,00. Para isso, a empresa XYZ Ltda. precisa produzir e vender, aproximadamente,
- (A) 1.013 unidades.
 - (B) 580 unidades.
 - (C) 1.080 unidades.
 - (D) 1.200 unidades.
 - (E) 700 unidades.



72. A empresa Nexora S.A. produz dois modelos de equipamentos eletrônicos: Alfa e Beta. A fim de analisar o retorno que cada um desses modelos estava trazendo à empresa, o departamento de contabilidade fez o seguinte levantamento de dados em dezembro de 2024:

Equipamentos	Preços de Venda Bruto (por unidade)	Demanda (em unidade/mês)
Modelo Alfa	R\$ 300,00	800
Modelo Beta	R\$ 260,00	700

Além disso, os padrões físicos de mão de obra direta e de materiais por unidade de produto são:

Equipamentos	Quantidade de Materiais (por unidade)	Tempo de MOD (horas)
Modelo Alfa	1,3	0,5
Modelo Beta	1,2	1,0

*MOD = Mão de Obra Direta.

A estrutura básica de custos e despesas da Nexora S.A. é a seguinte

Materiais	R\$ 60,00 por unidade de material
MOD	R\$ 25,00 por hora
Comissão sobre preço de venda bruto	10% por unidade
Despesas administrativas gerais	R\$ 28.900,00 por mês
Despesas comerciais e de marketing	R\$ 43.700,00 por mês
Custos fixos	R\$ 116.600,00 por mês

Considere ainda que:

- Sobre a receita bruta incidem 5% de tributos;
- Dos custos fixos, sabe-se que R\$ 70.400,00 são consumidos na produção do modelo Alfa, enquanto R\$ 46.200,00 são consumidos na produção do modelo Beta;
- Quando há necessidade de alocação de custos fixos e/ou de despesas fixas aos objetos de custeio, a empresa utiliza como base de alocação o volume de equipamentos produzidos;
- A empresa Nexora S.A. produz volume 10% superior à quantidade demandada pelo mercado para ambos os modelos. Considere que não havia saldo inicial de estoques.

Com base nas informações fornecidas, a margem bruta unitária e a margem bruta total, apuradas pelo método de custeio por absorção parcial, do modelo de equipamentos eletrônicos Beta da empresa Nexora S.A., em 31/12/2024, foram de

- (A) R\$ 150,00 e R\$ 105.000,00
 (B) R\$ 46,00 e R\$ 32.200,00
 (C) R\$ 114,50 e R\$ 91.600,00
 (D) R\$ 124,00 e R\$ 86.800,00
 (E) R\$ 90,00 e R\$ 63.000,00

73. No mês de março de 2025, a empresa Naturais W Ltda. produziu 25.000 unidades de barra de cereais de sua linha *premium*, mas vendeu apenas 20.000 unidades pelo preço líquido de venda de R\$ 6,00 cada. Sabe-se que cada unidade vendida de barra de cereal gera à empresa os seguintes custos e despesas: R\$ 1,20 de matéria-prima, R\$ 0,50 de embalagem, R\$ 0,80 de mão de obra direta, R\$ 0,60 de comissão sobre vendas e R\$ 0,40 de frete. Durante o referido mês, a empresa também incorreu em R\$ 15.000,00 de custos fixos e R\$ 20.000,00 de despesas fixas que, quando necessário, são alocados aos objetos de custeio conforme o volume produzido. Considerando que não havia saldo inicial de estoques, a margem de contribuição total do mês de março de 2025 da empresa Naturais W Ltda. foi de

- (A) R\$ 50.000,00
 (B) R\$ 58.000,00
 (C) R\$ 70.000,00
 (D) R\$ 22.000,00
 (E) R\$ 62.000,00



74. A empresa EcoMundo Sustentável Ltda. é responsável pela produção de tapetes higiênicos biodegradáveis para cachorros, que são vendidos pelo preço líquido de R\$ 50,00 o pacote. Para cada pacote de tapetes higiênicos biodegradáveis produzido, a empresa incorre em gastos com mão de obra direta no valor de R\$ 8,00, materiais de R\$ 10,00 e embalagem de R\$ 2,00. A empresa também incorre em custos e despesas fixos que juntos somam R\$ 390.000,00, dentre os quais consta a depreciação do maquinário utilizado no processo de fabricação, cujo valor é de R\$ 60.000,00. Considere que o lucro líquido esperado pelos gestores da EcoMundo Sustentável Ltda. é de R\$ 240.000,00. Diante dessa estrutura de custos e despesas, seu Ponto de Equilíbrio Econômico é de
- (A) 11.000 unidades.
(B) 19.000 unidades.
(C) 21.000 unidades.
(D) 19.700 unidades.
(E) 13.000 unidades.

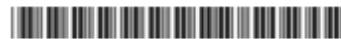
Atenção: Para responder às questões de números 75 e 76, utilize as informações a seguir:

A indústria LuminaTech S.A. fabrica duas linhas de autopeças: Gama e Delta. Em março de 2024, a empresa fez o levantamento dos dados apresentados a seguir:

	Gama	Delta	Empresa
Volume de produção	800	1.200	
Volume de venda	600	1.000	
Tempo de mão de obra direta (horas por unidade)	1,5	3	
Quantidade de materiais (quilogramas por unidade)	1	1,2	
Valor da mão de obra direta (por hora)			R\$ 20,00
Valor do material (por quilograma)			R\$ 40,00
Energia elétrica da fábrica (mensal)			R\$ 9.000,00
Aluguel da fábrica (mensal)			R\$ 18.000,00
Frete (por unidade)			R\$ 10,00
Comissão sobre vendas (por unidade)			10%
Salário dos administradores (mensal)			R\$ 25.000,00
Publicidade e propaganda (mensal)			R\$ 6.000,00
Depreciação de maquinário fabril (mensal)			R\$ 14.000,00

Os preços líquidos de venda praticados pela indústria LuminaTech S.A. para os produtos Gama e Delta são, respectivamente, R\$ 150,00 e R\$ 200,00. Considere que a comissão sobre vendas é calculada com base no preço líquido e que não havia saldo de estoques remanescente do mês anterior. Além disso, quando há necessidade de alocar custos e despesas fixos aos objetos de custeio, a LuminaTech S.A. utiliza o volume de produção total como critério de rateio.

75. A Margem de Contribuição Total da linha Delta, em 31/03/2024, foi de
- (A) R\$ 71.500,00
(B) R\$ 85.800,00
(C) R\$ 92.000,00
(D) R\$ 74.400,00
(E) R\$ 62.000,00



76. O saldo remanescente de estoques da linha Gama, apurado pelo método de custeio por absorção parcial, em 31/03/2024, foi de
- (A) R\$ 19.000,00
 - (B) R\$ 21.200,00
 - (C) R\$ 16.100,00
 - (D) R\$ 14.000,00
 - (E) R\$ 18.100,00
-
77. Referente à classificação dos custos, a NBC TSP 34 determina que corresponde a um custo
- (A) controlável aquele que oscila de forma proporcional ao volume das atividades desenvolvidas, como o custo com matéria prima.
 - (B) finalístico aquele relacionado à atividade administrativa interna, como gestão de recursos humanos e serviços de contabilidade.
 - (C) variável aquele que oscila de forma proporcional ao preço dos recursos adquiridos para a produção de bens ou serviços.
 - (D) direto o custo com medicamentos utilizados em procedimentos hospitalares, quando o objeto de custo é o procedimento hospitalar.
 - (E) indireto aquele que não varia na proporção do volume das atividades desenvolvidas, como o aluguel de um prédio utilizado para fins administrativos.
-
78. De acordo com a NBC TSP 34, o sistema de acumulação por ordem de serviço ou produção é mais adequado para o tratamento dos custos
- (A) de investimentos, tais como aqueles incorridos para a construção de uma escola, com duração das obras prevista para dois exercícios financeiros.
 - (B) de coleta diária de lixo urbano por um ente público, cujos custos são acumulados por mês e atribuídos ao número de toneladas de resíduos coletados.
 - (C) da prestação de serviços de transporte escolar por um ente público, cujo serviço é prestado de forma contínua e permanente, no qual o objeto de custo é o estudante transportado.
 - (D) da prestação de serviços de transporte escolar por um ente público, cujo serviço é prestado de forma contínua e permanente, no qual o objeto de custo é a unidade de ensino atendida.
 - (E) de fabricação ininterrupta de medicamentos padronizados em um laboratório público, cujo objeto de custo é a unidade de medicamento.
-
79. Para a atribuição de custos por refeição servida para estudantes de uma escola pública pelo método de custeio variável, deve-se considerar como custo
- (A) o gasto com limpeza diária da cozinha.
 - (B) o gasto com seguro mensal dos equipamentos da cozinha.
 - (C) o salário fixo mensal dos cozinheiros efetivos.
 - (D) a depreciação, apurada pelo método linear, de fogões utilizados para a preparação das refeições.
 - (E) o gás de cozinha consumido proporcionalmente ao volume de refeição produzida.
-
80. Quanto aos métodos de custeio, a NBC TSP 34 recomenda a
- (A) adoção do custeio baseado em atividades quando se pretende efetuar análises comparativas entre objetos de custo intermediário.
 - (B) utilização do custeio variável para fazer o rastreamento de custos diretos até objetos de custo intermediário.
 - (C) adoção do custeio por absorção integral para efetuar análises comparativas entre objeto de custo final de diferentes entidades.
 - (D) utilização do custeio pleno por entidades com menor grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos.
 - (E) utilização do custeio baseado em atividades para fazer o rastreamento de custos diretos até os objetos de custo final.